



## O LIVRO DIDÁTICO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: DIÁLOGOS COM A INDÚSTRIA CULTURAL

Viviane de Oliveira Berloff Caraçato<sup>1</sup>    
Maria Cristina Gomes Machado<sup>2</sup>    
Silvana Rodrigues Malheiro Huss<sup>3</sup>  

### Resumo

Este texto tem por finalidade promover reflexões acerca do livro didático em uma perspectiva histórica e sua relação com a indústria cultural. Para fundamentar o estudo, recorremos aos trabalhos desenvolvidos por Adorno e Horkheimer (1985), Benjamin (1989), Bittencourt (2001, 2020), entre outros autores que discutem a temática proposta. Por entender que os livros didáticos são elementos da cultura escolar, e o meio educacional está entrelaçado a um contexto social mais amplo, logo, compreendemos que os livros didáticos possuem relação com tal estrutura. Nesse contexto, é possível enfatizar que o livro didático é uma mercadoria da indústria cultural, o qual reproduz as ideologias dominantes e gera lucros aos seus produtores. Assim sendo, é necessária uma avaliação rigorosa para a utilização deste material no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Livro didático; Indústria cultural; Mercadoria

### Como citar

CARAÇATO, Viviane de Oliveira Berloff; MACHADO, Maria Cristina Gomes; HUSS, Silvana Rodrigues Malheiro. O livro didático em uma perspectiva histórica: diálogos com a indústria cultural. *Educação em Análise*, Londrina, v. 10, p. 1-17, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.50994.



<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - PPE/UEM. Pedagoga na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Maringá - Paraná, Brasil, Universidade Estadual de Maringá, viberloff@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade Estadual de Maringá, mcgm.uem@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Maringá, silvana.malheiro@gmail.com.

## THE TEXTBOOK FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE: DIALOGUES WITH THE CULTURAL INDUSTRY

**Abstract:** The purpose of this text is to promote reflections on the textbook from a historical perspective and its relationship with the culture industry. To support the study, we resorted to the works developed by Adorno and Horkheimer (1985), Benjamin (1989), Bittencourt (2001, 2020), among other authors who discuss the proposed theme. By understanding that textbooks are elements of school culture, and the educational environment is intertwined with a broader social context, therefore, we understand that textbooks also have a relationship with this structure. In this context, it is possible to emphasize that the textbook is a commodity of the cultural industry, which reproduces the dominant ideologies and generates profits for its producers. Therefore, a rigorous evaluation is necessary for the use of this material in the teaching and learning process, aiming at the critical and emancipatory formation of the subjects.

**Keywords:** Textbook; Cultural industry; Merchandise.

## EL LIBRO DE TEXTO DESDE UNA PERSPECTIVA HISTÓRICA: DIÁLOGOS CON LA INDUSTRIA CULTURAL

**Resumen:** El presente trabajo tiene como objetivo promover reflexiones sobre el libro de texto desde una perspectiva histórica y su relación con la industria cultural. Para apoyar el estudio, recurrimos a los trabajos desarrollados por Adorno y Horkheimer (1985), Benjamin (1989), Bittencourt (2001, 2020), y otros autores que tratan el tema propuesto. Por comprender que los libros de texto son elementos de la cultura escolar, y el ambiente educativo se entrelaza con un contexto social más amplio, por lo tanto, entendemos que los libros de texto también tienen relación con dicha estructura. En este contexto, es posible destacar que el libro de texto es una mercancía de la industria cultural, que reproduce las ideologías dominantes y genera beneficios para sus productores. Por lo tanto, es necesaria una evaluación rigurosa para el uso de este material en el proceso de enseñanza y aprendizaje, visando la formación crítica y emancipadora de los sujetos.

**Palabras-clave:** Libro de texto; Industria cultural; Mercancía.

## Introdução

Este texto tem por finalidade promover reflexões acerca do livro didático em uma perspectiva histórica e sua relação com a indústria cultural. O referido material é um dos principais instrumentos utilizados pelo professor em sala de aula e, no decorrer dos tempos, passou por modificações em sua forma e conteúdo seguindo as determinações políticas, mudanças curriculares, entre outros fatores.

Assim, por entender que este material é portador da ideologia das classes que estão no poder e uma mercadoria rentável no contexto da sociedade capitalista que o elencamos como problema central desta pesquisa. Contudo, algumas indagações se fazem necessárias: Qual a importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem? O livro didático possibilita uma aprendizagem crítica? Qual a relação desse material com a indústria cultural?

Para responder a tais questionamentos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, a qual envolveu materiais publicados em livros, artigos científicos, trabalhos de Pós-Graduação e a legislação do país. Assim, recorremos aos trabalhos desenvolvidos por Adorno e Horkheimer (1985), Benjamin (1989), Bittencourt (2001, 2020), entre outros autores, que discutem a temática proposta e auxiliaram na elaboração do texto.

Por entender que os livros didáticos são elementos da cultura escolar e o meio educacional está interligado a um contexto social mais amplo, logo, compreendemos que esses materiais possuem relação com tal estrutura e, consequentemente, sofrem as determinações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Diante disso, investigar a produção dos livros didáticos sob a égide da indústria cultural contribuirá para o conhecimento dos fatores que interferem nesse processo, bem como as ideologias que estão incutidas nestas obras. Assim sendo, é necessária uma avaliação rigorosa para a utilização deste material no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

## O Processo Histórico do Livro Didático no Brasil

Os primeiros livros didáticos foram produzidos no Brasil durante os primeiros anos do período imperial, os quais foram utilizados nas primeiras instituições de ensino público do país,

“[...] de nível secundário em algumas capitais das províncias do Império e nas pequenas e esparsas escolas para ler, escrever e contar” (Bittencourt, 2020, p. 5).

A referida autora aclara que a primeira editora instalada no Brasil, após a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, foi a Impressão Régia, que realizava a tradução de algumas obras para os alunos que frequentavam a Escolar Militar no Rio de Janeiro.

Com a Independência do Brasil, em 1822, e devido a eliminação do monopólio da editora Impressão Régia, outras editoras foram se estabelecendo, e a grande parte delas eram de proprietários de origem portuguesa e francesa. De acordo com Bittencourt (2020), os livros didáticos seguiam os programas curriculares adaptados e estavam sob controle do governo das províncias, assim como sob vigilância da Igreja Católica.

Com a criação do Colégio Pedro II<sup>4</sup>, no ano de 1838, no Rio de Janeiro, o livro didático passou a ser utilizado de forma mais sistematizada no país. Neste período, a educação era para poucos, ou seja, para os filhos da elite, sendo o modelo europeu o berço de referência de cultura para esta classe social, especialmente a sociedade francesa. Isto pode ser identificado facilmente, já que os livros didáticos aqui utilizados eram, frequentemente, importados da França. Outro motivo que corroborava era a questão de a imprensa brasileira não possuir condições adequadas para a produção e publicação de tais livros (Silva, 2012).

A utilização de livros didáticos nas escolas secundárias e de primeiras letras foram promovidas pelas reformas curriculares, que introduziram novas disciplinas nos currículos, as quais necessitavam de livros específicos. Neste cenário, intelectuais brasileiros movidos pelo espírito nacionalista elaboraram livros didáticos e livros de leitura para essas etapas de ensino durante o Período Imperial e no início da Primeira República.

Sobre esta questão, Zacheu e Castro (2015, p. 3) explicitam que:

Os autores que contribuíram para a produção de livros didáticos e livros de leitura para o Ensino Primário e Secundário durante o período imperial e início da Primeira República produziram obras voltadas para a construção da identidade nacional, movidos por interesses do Estado. Desta maneira, assim como outros elementos presentes na cultura escolar, os livros didáticos também reforçaram e contribuíram para a formação do sentimento de nacionalidade, imbuídos desde o momento inicial de visões patrióticas na produção da história do Brasil.

<sup>4</sup> Estabelecimento de ensino secundário, cujo currículo “[...] compunha-se de: línguas latina, francesa, grega e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia e a história, as ciências naturais, as matemáticas, a música vocal e o desenho [...]” (Peres, 2005, p. 9).

Nas últimas décadas do século XIX, o número de escolas aumentou nas diversas regiões do país, e tal panorama ensejou a editora Francisco Alves, situada no Rio de Janeiro, a investir na produção de livros didáticos tendo em vista a importância econômica que estes materiais poderiam oferecer.

Bittencourt (2020) ressalta que, assim, foram produzidos verdadeiros best sellers escolares, como os livros de leitura de Felisberto de Carvalho e os de Olavo Bilac em parceria com Coelho Neto. Acerca disso, destaca que os livros de leitura foram muito difundidos na primeira metade do século XX, cujos temas estavam relacionados à disseminação do patriotismo, contemplando tópicos sobre o Brasil e histórias sobre o folclore brasileiro.

Cabe destacar que, no início do século XX, as cartilhas para alfabetização usadas desde o período imperial ainda eram utilizadas nas escolas elementares. No entanto, Zacheu e Castro (2015, p. 6) nos alertam que:

Apesar da existência das cartilhas, para o curso elementar o Livro de Leitura passou a ser o material didático fundamental, capaz de formar o espírito dos alunos. Para isso, estes materiais deveriam ser elaborados com a finalidade de fornecer conhecimentos variados e despertar nos alunos o gosto pela leitura, além de seus conteúdos possibilitarem o desenvolvimento moral. Neste sentido, as traduções de obras sobre a vida de santos foram utilizadas inicialmente. Com o advento da escola laica, as fábulas ganharam espaço nas obras didáticas, substituindo os conteúdos morais e religiosos por conteúdos morais e cívicos.

Em relação ao ensino secundário, as autoras relatam que os livros didáticos deveriam ser escolhidos de forma criteriosa pelo professor, e para a adoção dos mesmos deveriam seguir os regulamentos instituídos pelos estados, de modo que permanecesse a obrigatoriedade da leitura de obras clássicas.

Com a constituição dos grupos escolares<sup>5</sup>, modelo republicano de escola primária, novos conteúdos e métodos de ensino foram incorporados em sua organização, e estes foram contemplados, conforme Bittencourt (2020), em algumas obras da época, dentre eles, a questão da formação moral. Em relação aos livros escolares, a autora ressalta que não só os conteúdos foram considerados, mas também novas técnicas de ilustração foram aperfeiçoadas.

<sup>5</sup> Os grupos escolares abrangiam “[...] um tipo de organização didático-pedagógica e administrativa de escola mais complexo, econômico e racional, adequado à expansão do ensino primário nos núcleos urbanos. Ele pressupunha um edifício com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, série e sala de aula” (Souza, 2008, p. 41).

É importante relatar que durante a década de 1930 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), o qual tinha por função promover a implantação de um sistema de auxílio à produção e à distribuição de livros didáticos no país, contudo, foi no ano de 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006 de 30/12/1938, que fora criada a primeira legislação que estabelecia as condições para a produção, importação e utilização do livro didático. Em seu art.3º, evidencia que:

A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (Brasil, 1938, s.p.).

Conforme Freitag, Motta e Costa (1989), este decreto tinha por função maior o controle político-ideológico do que propriamente uma função didática.

No ano de 1945, foi instituído o Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/1945, que versava sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, mas determinava que os poderes públicos não poderiam estabelecer preferência entre os livros de uso autorizado, sendo esta escolha livre ao professor (Brasil, 1945).

Em 1966, durante o governo dos militares, foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o qual garantia investimentos em diversos setores da educação. Após este acordo foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. O referido acordo assegurou recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos (Pimentel; Vilela, 2011).

Com a promulgação da Lei nº 5.692 de 11/09/1971 (Brasil, 1971), o governo militar promoveu uma reforma no ensino, instituindo o ensino de 1º e 2º grau. A partir disso, foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), responsável pela execução do programa do livro didático, cujos recursos seriam provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das assertivas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Acerca disso, Bittencourt (2020) complementa que várias editoras se beneficiaram das medidas governamentais, sendo uma delas a ampliação da compra de livros para distribuição a alunos com baixo poder econômico. Em relação à confecção dos livros, a autora destaca que as editoras aperfeiçoaram a elaboração dos mesmos, onde desenvolveram uma nova

estética para as obras escolares por meio de ilustrações coloridas, acréscimo de imagens e uma diagramação semelhante às revistas da época. Ademais, os alunos realizavam os exercícios no próprio livro, sendo este um material descartável. Diante deste contexto, assevera que “[...] as imagens dos livros tinham funções pedagógicas, mas, estas, muitas vezes, serviam apenas para melhorar as vendagens e não estavam articuladas aos processos de aprendizagem [...]” (Bittencourt, 2020, p. 9).

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do ensino e reformulações curriculares, a qualidade na edição de livros didáticos se tornou pauta das avaliações federais com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, o PNLD foi instituído pelo Decreto nº 91.542, de 19/08/1985 (Brasil, 1985), o qual configurou uma nova reestruturação do programa. Conforme Pimentel e Vilela (2011, p. 11), os objetivos envolviam a questão do “[...] desperdício de livros didáticos, abolindo o livro descartável o que implica em exigências de maior durabilidade deste material e possibilitou a reutilização do livro e a criação de bancos de livros didáticos”.

Um novo marco para a questão do livro didático, na década de 1990, foi a política de compra e distribuição de livros para os alunos das escolas públicas, esta implementação influenciou na configuração das obras didáticas. Devido à problemas em relação à qualidade do livro didático, a erros conceituais, entre outros aspectos, no ano de 1996 “[...] foi iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental, que culminou com a divulgação de um guia em 1997. Esse procedimento foi ampliado para outros níveis de ensino [...]” (Pimentel; Vilela, 2011, p. 9).

A partir desse momento, a produção dos livros didáticos deveria seguir as normas e critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sobre esta questão, Bittencourt (2020) relata que os livros escolares deveriam ter a durabilidade de três anos, pois seriam redistribuídos anualmente, e os aspectos relacionados à ilustração, conteúdos e atividades deveriam seguir o padrão estabelecido, para conseguirem a aprovação no processo avaliativo.

É preciso relatar que os procedimentos normativos e de avaliação deste material permanecem presentes no contexto educativo atual, pois o livro didático é considerado um importante suporte para o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando uma base estruturada para a disseminação do conhecimento escolar. Vale salientar que a trajetória histórica do livro didático foi marcada por modificações em sua forma e no conteúdo, decorrente das mudanças na área educativa. Assim, é possível compreender que os preceitos

ideológicos estão incutidos neste material, visto que o seu uso atendeu as necessidades do contexto de cada época, e na sociedade capitalista se tornara um produto da indústria cultural, questão esta que precisa ser melhor explorada.

## Livro didático: produto da indústria cultural

Neste momento, iremos abordar o conceito de Teoria da Indústria Cultural, desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, entendida pela padronização de pensamentos e comportamentos por meio da manipulação da produção artística e cultural. Os teóricos procuram explicar o impacto que a indústria cultural exerce sobre os cidadãos no sentido de suprimir o pensamento crítico dos mesmos, como meio de contribuir para o fortalecimento do sistema capitalista.

Assim, destacamos que dentre os bens culturais analisados por Adorno e Horkheimer, buscamos refletir, neste texto, sobre o livro didático e sua relação com a Indústria Cultural. O conceito de Indústria Cultural desenvolvido por estes filósofos e sociólogos alemães está relacionado a um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens culturais, como o cinema, o rádio, as revistas, dentre outros, concebendo-os como mercadorias e empregando estratégias para manter o andamento do sistema capitalista por meio da alienação da massa. Estas ideias estão sistematizadas no livro “Dialética do Esclarecimento”, produzido na década de 1940.

Adorno e Horkheimer (1985) salientam que a indústria cultural é capaz de promover necessidades e desejos ilusórios que só podem ser realizados pelos produtos do capitalismo, ameaçando a produção artística de base técnica e intelectual, de modo que estes passem a ser uma mercadoria capaz de alienar o homem. Acerca disso, Rezende (2020, p. 2-3) salienta que:

A indústria cultural procura homogeneizar e padronizar produtos para que sejam consumidos pelo maior número possível de pessoas, desta maneira, tende a seguir um modelo preestabelecido para que o consumo seja imediato. O indivíduo passa a ser um objeto, incapaz de perceber que está abstraído da realidade. Ela é capaz de determinar o consumo atuando sobre o estado de consciência e inconsciência das pessoas.

Em relação à uniformização da técnica pela indústria cultural, Santos (2004, p. 40) relata:

Essa uniformização da técnica gera uma centralização cada vez maior do poder das classes hegemônicas, porque, ao passo que as ‘mercadorias’ são consideradas por todos como gênero de ‘primeira necessidade’, as consciências se uniformizam e, dessa forma, as forças de permanência perpetuam o status quo da sociedade industrial.

Dessa forma, o homem passa a não pensar sobre si mesmo e se transforma em uma simples engrenagem que promove cada vez mais o caminhar desse sistema. Assim, a cultura passa a ser utilizada como instrumento de dominação, mantendo as desigualdades sociais. Diante desse cenário, entende-se que os meios de comunicação de massa são utilizados para a geração de lucros, e não para desenvolver a consciência crítica do sujeito antes de consumir os produtos culturais e artísticos, realidade que compromete a qualidade da reflexão e da análise pessoal frente às influências midiáticas.

Nesse contexto, Adorno e Horkheimer (1985) tecem duras críticas à indústria cultural por mercantilizar a cultura e a arte, e utilizar os meios de comunicação de massa para manipular as pessoas e torná-las consumidores efetivos desses bens. Além disso, complementam que na indústria cultural a capacidade de reflexão do sujeito é anulada, pois o consumo puro e simples se impõe soberanamente a ele. Em face dessa situação, o consumo se torna alienado, e o indivíduo perde a sua dimensão humana e se reduz à mercadoria. Nas palavras de Marx (2011), é a reificação do homem em oposição ao fetichismo da mercadoria. Sobre esta realidade, Santos (2004, p. 42) apresenta que:

A mercadoria adquire um poder quase que miraculoso, fantasmagórico, nos anúncios veiculados pelos meios de comunicação de massa. As imagens adquirem uma plástica incrível, só mesmo existente nos anúncios. É interessante notar que a indústria cultural trabalha com o princípio da não satisfação das necessidades e dos desejos humanos. O princípio da frustração ou da satisfação incompleta é necessário para que o cliente, insatisfeito ou parcialmente satisfeito, volte a desejar os efeitos miraculosos da mercadoria, porquanto as suas necessidades ainda não foram sanadas. Todavia, essa insatisfação se dá de modo bastante subliminar. É necessário que fique implícito que o produto não garanta a satisfação completa, pois o sujeito desejante necessita de algo que supra (embora esse objeto de desejo nunca, ou quase nunca, supra) a sua necessidade de ser.

Diante disso, a única dimensão humana assumida pelos indivíduos, em uma sociedade capitalista, é a de consumidor, de modo que este não se utiliza da crítica e nem da contestação perante os produtos da indústria cultural (Marcuse, 1973). Em relação à formação da

consciência da sociedade de massa, Adorno e Horkheimer (1985) revelam que esta é formada por meio da coisificação e estandardização dos produtos pela racionalização da técnica, os quais são propagados pela indústria cultural. Ademais, destaca que a racionalização da cultura, na sociedade industrializada é transformada em semicultura, gerando a chamada semiforação. Sobre a semiforação, Iop (2012, p. 21-22) aclara:

A semiforação seria a formação do indivíduo por meio da industrialização da cultura, em que os produtos perdem sua essência cultural, pois são transformados pelo processo industrial em semicultura. Assim, os produtos da semicultura servirão de conteúdo formativo para a sociedade de massa. Este processo formativo denomina-se ‘semiforação’, por não ser realizado pelo conteúdo cultural, que é o conteúdo imanente à verdadeira obra de arte, e sim com conteúdos da semicultura, isto é, a cultura industrializada entendida [...] como uma pseudocultura. Isso aponta para o fato de que a consciência das massas, formada pela semicultura, num processo entendido como semiforação, resulta em uma consciência não emancipada.

Perante esta questão, Adorno e Horkheimer (1985) ressaltam que apenas a educação é o instrumento capaz de conduzir a sociedade à emancipação. Ademais, Iop (2012) complementa que para a conquista da consciência emancipada é necessário o desenvolvimento da reflexão crítica do sujeito, envolvendo as suas experiências sociais e as experiências objetivas da humanidade. No entanto, a educação fornecida à população está atrelada à racionalização técnica, que se fortalece como princípio ideológico do capitalismo. Posto isto, é necessário enfatizar que a sociedade capitalista fomenta o consumismo e a produção de produtos culturais industrializados como meio de cristalizar o seu poder. Para superar esta situação, é importante desenvolver a consciência emancipada, a qual só é possível por meio da formação cultural, que é o conteúdo fundamental da educação, e não pela industrialização da cultura, pois esta resulta na semiforação, e, consequentemente, gera a alienação.

### **A relação entre o livro didático e a indústria cultural**

Neste momento iremos abordar o livro didático como um dos produtos da indústria cultural, o qual possui uma função relevante na sociedade capitalista, que vai além de sua utilização como material de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, iremos

apresentar, inicialmente, algumas características do livro didático sob o olhar de Bittencourt (2001).

A referida autora apresenta que o livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, pois é um produto do mundo da edição que segue os ditames das técnicas de fabricação e de comercialização conforme a lógica do mercado. Em sua produção há vários personagens, como o editor, o autor, programadores e ilustradores. Destaca que o livro didático, como objeto da indústria cultural, determina um modo de leitura organizada por profissionais e não unicamente pelo autor.

Outra característica relatada é que o livro didático é um *depositário de conteúdos escolares*, sendo o suporte básico de transposição do saber acadêmico para o escolar, além de contemplar os conteúdos privilegiados em determinada proposta curricular. Além disso, é concebido como um *instrumento pedagógico*, pois apresenta não só os conteúdos das disciplinas, mas como estes devem ser ensinados aos alunos.

A última característica define o livro didático como um importante *veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura*. Assim, as obras didáticas transmitem estereótipos e valores das classes dominantes, de acordo com os preceitos da sociedade burguesa.

É preciso salientar que o processo histórico do livro didático foi marcado por modificações em sua forma e no conteúdo por meio dos programas curriculares, das medidas governamentais, entre outras ações. Assim, entende-se que este material é portador da ideologia das classes dominantes e uma mercadoria rentável no contexto da sociedade capitalista.

Sobre esta questão, Brisolla (2015, p. 90) relata que “na indústria cultural, os bens culturais curvam-se para a lógica do capitalismo, transformando não somente a cultura e a arte em mercadoria, mas também a educação”. A respeito disso, complementa que:

O livro didático é uma mercadoria como outra qualquer, pois, na condição de produto do trabalho humano, comporta em si trabalho objetivado, materializado, convertido em mercadoria. Aliado na disseminação de ideologias em razão da legitimidade e fetichização que lhe são atribuídas, o livro didático está subordinado ao mercado e é administrado conforme esses critérios (Brisolla, 2015, p. 87).

Diante do exposto, é fundamental explicitar que a educação, ao longo dos anos, esteve a serviço da classe hegemônica, articulada aos padrões de controle social e integrada ao processo de globalização do mercado. Acerca disso, Bandeira e Oliveira (2012, p. 230) alertam:

A educação, [...] já se encontra fortemente integrada a este processo de globalização do mercado, como produto extremamente rentável, que pode ser comercializado livremente e que visa consolidar uma estrutura de dominação, mascarando as diferenças sob o invólucro de racionalização, modernização produtiva e economia de mercado.

Assim, o livro didático, enquanto instrumento educativo e produto rentável, precisou se adequar às demandas e exigências do mercado, tornando-se uma mercadoria da indústria cultural. Nesse sentido, Bittencourt (2004, p. 311) assevera que o livro didático é mercadoria porque é “[...] um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado”.

Freitag, Motta e Costa (1993) seguem esta defesa ao relatarem que a fabricação do livro didático segue a dinâmica da padronização e da produção em larga escala, além de possuir um caráter perecível, de descarte, pois a sua utilização pelos estudantes tem validade pré-determinada. Acerca disso, Adorno e Horkheimer (1985) alegam que o louvor do progresso técnico é o convite principal para descartá-lo como latas de conserva, após um breve período de uso.

Para Brisolla (2015, p. 109), tais aspectos “[...] expressam uma realidade política, econômica e cultural associada às formas de produção, distribuição e consumo do livro didático, como também remetem ao universo subjetivo que limitam o pensamento crítico”.

Diante das assertivas apresentadas, percebemos que a indústria cultural estimula a produção em larga escala dos produtos pertencentes ao mercado educacional, como o livro didático, e, consequentemente, incentiva o consumo alienado pela massa social, perpetuando, assim, a “pseudoformação”.

À vista disso, Munakata (2012) complementa que o livro didático além de ser um objeto da cultura é também uma mercadoria que está entrelaçada ao Estado e com o mercado editorial, este último dirigido pela racionalidade técnica.

Nesse sentido, Brisolla (2015, p. 122) explica que:

Dessa maneira, o livro didático é produzido para fins pedagógicos como objetivo de ser consumido, avaliado e corrigido de acordo com a rigidez organizacional e a política conteudista tal qual lhe constitui. Essa estrutura organizada e pedagogizada dos conteúdos lhe conferem aceitação e status de verdade, não sendo assim problematizado pelo sistema político, pela educação, pela escola, pelos pais, professores e crianças.

Logo, entende-se que o livro didático é um instrumento possuidor de autoridade e de verdades absolutas, pouco contestadas, e um material impregnado pelo discurso do desenvolvimento de habilidades e competências.

Outro item importante a ser considerado no processo de entendimento do livro didático como uma mercadoria da indústria cultural, se refere à questão imagética, a qual passou por transformações ao longo dos tempos, para além de atender as funções pedagógicas visavam promover os preceitos ideológicos e a vendagem das obras didáticas.

Ferraro (2011, p. 180) comenta que o uso de imagens e ilustrações no livro didático deixa de ser “[...] um elemento meramente decorativo, transformando-se, sobretudo, em um recurso poderoso de comunicação, visando a melhor comercialização do produto”.

Sobre esta questão, Benjamin (1989) apresenta que as imagens iconográficas ganharam espaço nas publicações didáticas, mas a forma como passaram a aparecer nos livros pode ser comparada à exposição de mercadorias em um supermercado. Assim, tanto as imagens como as mercadorias, são colocadas num mesmo plano.

As ilustrações presentes nos livros didáticos, além de se constituírem em um artifício pedagógico, estão relacionadas aos aspectos mercadológicos e técnicos. A obra didática, enquanto um produto industrial, apresenta inúmeras funções que estão inseridas em sua construção e que se refletirão em suas imagens. Assim, a observação das gravuras, das vinhetas e legendas explicativas de um livro permite vislumbrar os limites eventualmente impostos ao autor do texto (Bittencourt, 2001).

Nesse contexto, é possível apreender que as imagens que compõem os textos dos livros didáticos representam um instrumento potencial para disseminar as concepções ideológicas da sociedade capitalista, influenciando a percepção e o entendimento dos estudantes sobre valores, hierarquias sociais e relações econômicas, moldando suas visões de mundo desde a tenra idade.

Em relação ao poder das imagens, Ferraro (2011, p. 98) enfatiza que:

Toda a composição do livro didático carrega em si a potencialidade para a transmissão de ideologias. Nesse aspecto, as imagens que servem de ilustração são escolhidas com objetivos definidos para ilustrar e reafirmar o texto escrito, mas também como portadoras de valores e concepções, [...] que compõem a ideologia da classe dominante, que se encontra no topo da pirâmide social, detentora das riquezas e, consequentemente, do poder social.

Portanto, as imagens não podem ser consideradas como uma atração ou mera ilustração, seja na capa ou no texto dos livros didáticos, mas é um elemento que precisa ser contextualizado e interpretado de forma crítica.

Por fim, ressaltamos que o livro didático é um dos principais materiais pedagógicos utilizados pelo professor em sala de aula, e estes devem ser uma ferramenta de apoio à ação docente e não somente um manual a ser seguido para desenvolver os conteúdos curriculares, sem espaço para os diálogos e problematizações.

## Considerações finais

Este estudo buscou apresentar o conceito de indústria cultural e o livro didático como um de seus produtos, o qual está vinculado à racionalidade técnica e permeado pela ideologia do sistema capitalista. Assim, está voltado mais para a padronização de pensamentos e comportamentos ao invés da promoção do processo de ensino e aprendizagem sob uma perspectiva crítica e emancipatória.

Frente a isso, é preciso ressaltar que, por mais que os livros didáticos sigam regras e conteúdos pré-determinados, e sejam transformados em mercadorias pela Indústria Cultural, é de suma importância que os professores os utilizem de forma crítica, fazendo uso de seu conhecimento para trazer discussões e problematizações aos alunos a fim de desenvolver nestes a consciência crítica e promover uma formação emancipatória.

## Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BANDEIRA, Belkis Souza; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Formação cultural e semiformação: contribuições de Theodor Adorno para pensar a educação hoje. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 225-232, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11636>. Acesso em: 15 set. 2021.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BITTENCOURT, Circe. **A história do livro didático brasileiro**. São Paulo: Abrelivros, 2020

BITTENCOURT, Circe. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300007>.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

BRASIL. **Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o programa nacional do livro didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91542.htm#:~:text=DECRETA%3A,escolas%20p%C3%BAblicas%20de%201%C2%BA%20Grau](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91542.htm#:~:text=DECRETA%3A,escolas%20p%C3%BAblicas%20de%201%C2%BA%20Grau). Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1. e 2. graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-lei no 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-lei n. 8.460, de 26 de dezembro de 1945**. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRISOLLA, Lívia S. **Educação, indústria cultural e livro didático**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5344/5/Tese%20-%20L%C3%ADvia%20Santos%20Brisolla%20-%202015.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.

FERRARO, Juliana. A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria. **Cadernos do CEOE**, Chapecó, ano 25, n. 34, p. 170-188, 2011. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/973/542/0>. Acesso em: 18 set. 2021.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAG, Bárbara; MOTTA; Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1993.

IOP, Elizandra. Formação cultural, semicultura e indústria cultural: contribuições de Adorno sobre a emancipação. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.2013.2212>.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional.** Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300004>.

PERES, Tirsa. **Educação brasileira no império.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2005. Disponível em:  
<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/105>. Acesso em: 4 set. 2021.

PIMENTEL, Guilherme; VILELA, Denise. Contribuições para uma história do livro didático no Brasil: um estudo do PNLD. In: CIAEM-IACME – CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 13., 2011, Recife. **Anais** [...]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/19988815/Contribui%C3%A7%C3%A7%C3%95es\\_para\\_uma\\_hist%C3%A3ria\\_do\\_livro\\_did%C3%A1tico\\_no\\_Brasil\\_um\\_estudo\\_do\\_PNLD](https://www.academia.edu/19988815/Contribui%C3%A7%C3%A7%C3%95es_para_uma_hist%C3%A3ria_do_livro_did%C3%A1tico_no_Brasil_um_estudo_do_PNLD). Acesso em: 19 set. 2021.

REZENDE, Natália. **A indústria cultural na sociedade capitalista:** coisificação e alienação da massa. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2020. Disponível em:  
<https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao4/3706-rci-industriacultural-062020/file>. Acesso em: 21 set. 2021.

SANTOS, Clédson. Considerações introdutórias sobre a presença da indústria cultural na sociedade pós-moderna: em favor da teoria estética na educação. **Aprender**, Vítoria da Conquista, ano 2, n. 3, p. 39-47, 2004. Disponível em:  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3070>. Acesso em: 14 set. 2021.

SILVA, M. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/wNQB9SzJFYhbLVr6pqvp4wg>. Acesso em: 14 set. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

ZACHEU, Aline Aparecida; CASTRO, Laura Laís. **Dos tempos imperiais ao PNLD:** a problemática do livro didático no Brasil. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2015. Disponível em:  
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dostempos-imperiais-ao-pnld--a-problematica1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

## CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica.
Financiamento:	Não se aplica.
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	Caraçato, V. O. B.; Machado, M. C. G.; Huss, S. R. M declararam ter participado da redação do artigo, e afirma ter sido de sua responsabilidade a conceitualização, curadoria dos dados, análise formal, redação e revisão do texto.

Submetido em: 08 de julho de 2024

Aceito em: 30 de setembro de 2024

Publicado em: 03 de fevereiro de 2025

*Editor de seção: Quenizia Vieira Lopes  
Membro da equipe de produção: Daniella Caroline R. R. Ferreira Mesquita  
Assistente de editoração: Martinho Gilson Cardoso Chingulo*